

CARTA RESPOSTA AO PARECER TÉCNICO Nº 002/2018

À

Comissão Permanente de Licitação – CPL/FUA/UFAM

Manaus – AM

Ref.: **RDC Eletrônico Nº 004/2018**

A empresa CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.715.889/0001-72, sediada na Rua Francisco Vaz de Melo, nº82, Bairro Santa Rosa, CEP: 31255-710, em Belo Horizonte – MG, representada neste ato pelo seu Responsável Técnico, o Sr. Leonardo Borges Falcone, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do Documento de Identidade nº M-4.365.681, inscrito no CPF sob o nº 742.625.646-49, domiciliado na Avenida São Jorge, 529 – Bairro São Jorge, CEP: 69033-000, em Manaus - AM, vem por meio desta, apresentar **ESCLARECIMENTOS** aos itens exarados no PARECER TÉCNICO Nº 002/2018/RDC004 2018FUA - DE/PCU - UFAM publicado no dia 24 de Setembro de 2018, para fins de RETIRADA DAS PENDÊNCIAS outrora exarada na mesma a respeito de nossa classificação no certame supracitado.

1. DOS FATOS:

O referido Parecer Técnico, exarado no dia 24 de Setembro de 2018 traz em seu escopo o que se segue:

- 1.1. Desta forma, **SOLICITAMOS ESCLARECIMENTOS**, em razão de não apresentar claramente os valores ofertados pela PROPONENTE, pois em análise desta proposta, também consideramos que não foi apenas no quesito apontado pela PROPONENTE como justificativa de DIVERGÊNCIA DE SOMATÓRIO, com o simples ato de **TRUNCAR** ou **ARREDONDAR** os dados apresentados das células de planilha de composição de custos unitários (casas decimais) como descritos em páginas, 2, 3, 4 e 5; para a obtenção de valores dos serviços demonstrado em cálculo exemplificativo constante no item 2.2, pag. 6; visto que haverá também valores divergentes da proposta apresentada, devido a utilizar a base de dados para mão de obra como afirmar-se a utilização do DISSÍDIO COLETIVO CTT 2016/2017, em desacordo com o ANEXO I; e com base de cálculo com jornada de trabalho mensal de 180

(cento e oitenta) horas, **IDENTIFICAMOS** que, para que haja a acomodação seja ela em relação ao percentual do BDI, e/ou consequentemente relacionado a produtividade da mão de obra (redução do coeficiente) de seus funcionários que é proporcionalmente direta a execução do objeto, em razão de haver a produtividade apontada em CARTA-RESPOSTA, indicamos que os dados informados apresentam por consequência de cálculo, devido a afirmativa, **DIVERGÊNCIA** em CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, apresentado a planilha de serviços em questão.

- 1.2. **AFIRMAMOS**, que não faz parte desta análise ajustarmos ou manipularmos as células (dados), e sim analisar as informações, as metodologias, os elementos referenciais do que fora demonstrado pela PROPONENTE, em PROPOSTA inicial; e para este parecer não apresentamos questionamentos dos valores apontados para os materiais (INSUMOS), e sim pela **MÃO DE OBRA A EXECUTAR E SEUS ENCARGOS INDIRETOS**. E devido a imprecisão dos dados apresentados, poderá haver ajustes além da fase externa da licitação, doravante por parte da PROPONENTE. **LEMBRAMOS**, que é de responsabilidade da PROPONENTE apresentar os dados corretos e certos da proposta de execução de serviços.

2. DAS CONSTATAÇÕES E RECURSOS:

De acordo com o que foi descrito no campo anterior, as constatações e recursos serão apresentados conforme descrição dos itens de maior relevância, segundo a observação desta PROPONENTE.

Ambos os itens 1.1 e 1.2 elencam várias colocações por parte desta comissão julgadora. Por este motivo esta PROPONENTE irá descrevê-los de forma independente.

Vamos aos motivos:

- 2.1. O item 1.1 traz em seu escopo o que se segue: “Desta forma, **SOLICITAMOS ESCLARECIMENTOS**, em razão de não apresentar claramente os valores ofertados pela PROPONENTE, pois em análise desta proposta, também consideramos que não foi apenas no quesito apontado pela PROPONENTE como justificativa de DIVERGÊNCIA DE SOMATÓRIO, com o simples ato de **TRUNCAR** ou **ARREDONDAR** os dados apresentados das células de planilha de composição de custos unitários (casas decimais) como descritos em páginas, 2, 3, 4 e 5; para a obtenção de valores dos serviços demonstrado em cálculo exemplificativo constante no item 2.2, pag. 6”.

Conforme visto nas frases outrora grifadas por esta PROPONENTE foi elencado por esta comissão julgadora que não foi apresentado claramente os valores ofertados, como também não foi apenas o quesito apontado por esta

PROPONENTE como divergência de somatório apenas as formulações utilizadas em comparativo das funções TRUNCAR E ARREDONDAR, porém esta comissão não especificou quais valores e/ou composições de custo unitário contem valores apresentados de forma não clara. Devido a isso, esta PROPONENTE efetuou revisão geral de cada CCU, inclusive nos valores unitários e gerais em busca de encontrar possíveis valores que poderiam ter sido apresentados de forma não clara.

Assim, esta PROPONENTE tem a declarar que, conforme revisão analítica minuciosa em planilha de Composição de Custos Unitários verificou-se que de acordo com os percentuais utilizados para efeito de desconto competitivo, os cálculos de somatório estavam DEVIDAMENTE CORRETOS. Contudo, para cálculo do BDI, não havia sido considerado o somatório dos valores do PREÇO TOTAL UNITÁRIO com os ENCARGOS SOCIAIS (LEIS SOCIAIS – LS), tendo sido considerado anteriormente apenas o PREÇO UNITÁRIO TOTAL. Com isso, esta PROPONENTE efetuou a correção em todas as CCU's, sendo este o único erro encontrado em planilha, estando os demais, do ponto de vista de somatórias e produtos, não considerando nesta análise pontual o percentual adotado de desconto para fins de concorrência, motivo da apresentação desta PROPONENTE do Valor Global da Proposta que a classificou.

- 2.2. Ainda no item 1.1 esta comissão julgadora afirma que esta PROPONENTE usou como base de dados de referência o DISSÍDIO COLETIVO CTT 2016/2017, em desacordo com o ANEXO I; e com base de cálculo com jornada de trabalho mensal de 180 (cento e oitenta) horas.

*Neste, esta PROPONENTE tem a informar que a referência citada em CARTA-RESPOSTA do dia 19 de Setembro de 2018, que o DISSÍDIO COLETIVO CTT 2016/2017 foi utilizado pela mesma apenas para referenciar o comparativo de cálculo de valor unitário horário de Mão de Obra e não que tem como referência o mesmo em sua base de cálculo para fins de utilização nas Composições de Custo Unitário desta licitação em tela. A referência usada para fins de formulação da proposta desta PROPONENTE foram **todos os valores unitários apresentados em Planilha Orçamentária Analítica por este douto órgão UFAM/FUA** de acordo com anexos aos autos dos arquivos do mesmo, sendo o DISSÍDIO COLETIVO CTT 2016/2017 utilizado como **referência comparativa** a estes valores (UFAM/FUA) e não como diretriz referencial aos valores de Mão de Obra elencados em DISSÍDIO COLETIVO CTT 2016/2017 como afirma esta comissão julgadora.*

- 2.3. De acordo com o que se segue ainda no item 1.1: “**IDENTIFICAMOS** que, para que haja a acomodação seja ela em relação ao percentual do BDI, e/ou consequentemente relacionado a produtividade da mão de obra (redução do

coeficiente) de seus funcionários que é proporcionalmente direta a execução do objeto, em razão de haver a produtividade apontada em CARTA-RESPOSTA, indicamos que os dados informados apresentam por consequência de cálculo, devido a afirmativa, **DIVERGÊNCIA** em CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, apresentado a planilha de serviços em questão” esta PROPONENTE esclarece o que se segue:

Foi sim colocado por esta PROPONENTE a elucidação ao que tange à acomodação dos valores complementares ao pagamento de Mão de Obra utilizando BDI, pois como já visto em **Acórdão 3092/2014-Plenário, TC 020.363/2014-1, relator Ministro Bruno Dantas, 12.11.2014** a visão desta Empresa enquanto PROPONENTE vai além do lucro líquido propriamente dito, objetivando interesses como: competitividade de Mercado, agregar Acervos Técnicos e Atestados de Capacidade Técnica ao seu escopo, movimentação financeira, dentre outros. Claro que a proposta de utilização do BDI seria feita totalmente embasada na apresentação de toda documentação trabalhista conforme diretrizes deste duto órgão como do Ministério do Trabalho.

Esta PROPONENTE tem a afirmar que em nenhum momento citou a possibilidade de redução de coeficiente de trabalho de seus funcionários enquanto Mão de Obra. Estando obedecendo criteriosamente os coeficientes apresentados por este órgão UFAM/FUA como também em concordância com o Cronograma Físico-Financeiro, não tendo a intenção de impactar negativamente na produtividade da mesma e consequente atraso na entrega da obra. Muito pelo contrário, a visão desta PROPONENTE é a otimização da obra objetivando o aumento da produtividade, com agregação de valores aos seus funcionários implicando diretamente na EXECUÇÃO POSITIVA quanto ao prazo de entrega das suas obras.

- 2.4. O item 2.2 apresenta em seu escopo o que se segue: “(...)e sim pela **MÃO DE OBRA A EXECUTAR E SEUS ENCARGOS INDIRETOS**. E devido a imprecisão dos dados apresentados, poderá haver ajustes além da fase externa da licitação, doravante por parte da PROPONENTE. **LEMBRAMOS**, que é de responsabilidade da PROPONENTE apresentar os dados corretos e certos da proposta de execução de serviços”. Tem-se a deliberar:

No que se refere à possíveis ajustes além da fase externa da licitação, esta PROPONENTE tem a afirmar que, mediante assinatura de contrato pactuado entre as partes, doravante possível vencimento deste certame e posterior homologação, que obedece criteriosamente todas as cláusulas constantes no mesmo e não tem a intenção ou objetivo de macular tal instrumento de compromisso em solicitações que não estejam devidamente amparadas pelo mesmo. Sendo assim, o compromisso a ser pactuado cm este órgão

contratante é de **EXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO** dentro dos valores e prazos apresentados e aprovados por esta comissão julgadora.

Conforme já descrito anteriormente, esta PROPONENTE efetuou verificação minuciosa em toda a Planilha de COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS – CCU e fez suas devidas correções quanto à consideração das Leis Sociais para o cálculo do BDI, bem como também **ajustou os valores unitários de Mão de Obra** de todos os itens componentes do mesmo para os valores dentro da margem aceitável quanto à média aritmética para fins de exequibilidade do objeto, e dentro do que compete o ANEXO I do PARECER TÉCNICO Nº 002/2018 UFAM/FUA (CONVENÇÃO COLETIVA 2017/2018 SINDUSCON/AM), efetuando ainda os ajustes gerais em planilha, salientando que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DO VALOR TOTAL DA PROPOSTA** como bem descreve as diretrizes do Edital da concorrência em tela.

3. DA CONCLUSÃO:

Diante das referências explanadas no item 2 desta referida carta, esta PROPONENTE vem mui respeitosamente a esta douta casa pedir a **ACEITAÇÃO DAS SUAS JUSTIFICATIVAS** pelo fato de as mesmas darem deferimento à fundamentação de sua classificação no referido certame.

Gratos pela atenção e certos de sua aceitação fazemos votos de bom trabalho e contínua imparcialidade em vossas decisões.

Manaus, 26 de Setembro de 2018

LEONARDO BORGES FALCONE

DIRETOR/RESP. TÉCNICO CREA: 70.196-D/MG

RG: M-4.365.681 / CPF: 742.625.646-49

CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA – EPP

CNPJ: 12.715.889/0001-72